

DEPENDÊNCIA SOCIAL DO IDOSO NA SOCIEDADE TRADICIONAL. O CASO DE RABACINAS (PROENÇA-A-NOVA)¹

Dependence of Elderly within the Traditional Society. The case of Rabacinas
at Proença-a-Nova

Francisco Henriques², João Carlos Caninas³ e António Vicente⁴



Palavras-chave: Proença-a-Nova, dependência, idoso, apoio social, família

¹ Fotografia da capa Rabacinas (Proença-a-Nova), 1946-1947. Representa a família Luís Henriques e de Maria do Rosário obtida com o propósito de ser enviada a um irmão que emigrara para a Argentina. Os fatos e as gravatas eram do fotógrafo que as emprestava aos retratados a fim de lhes dar maior dignidade.

² Licenciado em antropologia, membro da Associação de Estudos do Alto Tejo.

³ Arqueólogo, membro da Associação de Estudos do Alto Tejo.

⁴ Técnico de Serviço Social, Hospital Amato Lusitano.

Resumo

Aborda-se um exemplo do apoio concedido aos idosos na sociedade tradicional, através de um caso concreto recolhido na comunidade de Rabacinas, no concelho de Proença-a-Nova (Interior Centro de Portugal Continental).

Este apoio, que visava proporcionar ao idoso condições de sobrevivência, era consubstanciado num conjunto de práticas como o de “andar na casa dos filhos”, o de receber apoio em sua própria casa com a rotação, ou não, das filhas ou noras apoiantes, ou o fornecimento anual de um conjunto de alimentos e serviços por parte dos filhos.

Abstract⁵

An approach was made to the support granted to elderly in traditional societies, through some case known at Rabacinas in the council of Proença-a-Nova, at the innermost centre of Portugal.

This support, which aimed to provide the necessary conditions to elderly survival, was achieved by a set of procedures, such as «being at children’s home» or even to receive support in their own home by the hands of their daughters or daughters-in-law in a rotation basis or not. This contribute could also be established by children in a yearly basis by means of an assortment of food and services.

⁵ Tradução de Isabel Flecha Vasconcelos.

Introdução

Este documento, de cariz etnográfico, regista, de uma forma sumária, o apoio ao idoso na sociedade tradicional apresentando um caso específico colhido na comunidade de Rabacinas, em Proença-a-Nova (PN).

Pensamos pertinente o tema pelo impacto demográfico e social dos idosos nas comunidades da região, pelos aportes de reflexão para esta temática e pelas vastas e diferentes soluções já encontradas para esta problemática.

A temática etnográfica agora registada é uma das muitas já documentadas, divulgadas ou inéditas, pela Associação de Estudos do Alto Tejo (AEAT).

Noção de dependência

No sul da Beira Interior o idoso apenas era considerado dependente quando não podia trabalhar (no campo ou nas lides domésticas) nem cuidar de si ou do cônjuge, situações de dependência quase sempre correlativas com doença ou debilidade física. Por isso o ditado popular “enquanto cada um puder tratar do seu pucarinho não saia do seu cantinho”.

Apoio ao idoso

A família tradicional que integrava o idoso era substancialmente diferente da família moderna. Nalguns parâmetros mesmo o oposto. Era uma família que dependia, fundamentalmente, de actividades ligadas com a terra; onde, quase sempre, e sob o mesmo tecto coabitavam várias gerações; onde os ascendentes, descendentes e colaterais viviam geograficamente próximos, com laços de solidariedade intensos e com os papéis sociais bem definidos. Era frequentemente formada segundo as conveniências, com o número de filhos elevado e com a actividade da mulher essencialmente perspectivada para o interior da família (cuidar). As comunidades e as famílias eram alvo de forte controle social.

Assim, quando os pais deixavam de ter capacidade de tratar da “fazenda” (bens das quais obtinham a subsistência diária) esta era dividida equitativamente pelos filhos (dentro do possível cada filho deveria ficar com um pouco de terra de mato, de olival para obter azeite para casa e de terra de cultivo⁶).

Após a divisão e entrega da fazenda pelos pais e enquanto estes se auto-cuidassem e estivessem em sua casa, os filhos, no acto das partilhas, comprometiam-se a pagar um rol de géneros alimentícios e outros, estabelecido na altura e com carácter anual. O conjunto de géneros deveria cobrir as necessidades do ascendente idoso.

⁶ Este facto pode ajudar a explicar a micro-propriedade existente na região.

DEPENDÊNCIA SOCIAL DO IDOSO NA SOCIEDADE TRADICIONAL. O CASO DE RABACINAS
(PROENÇA-A-NOVA), Francisco Henriques, João Carlos Caninas e António Vicente

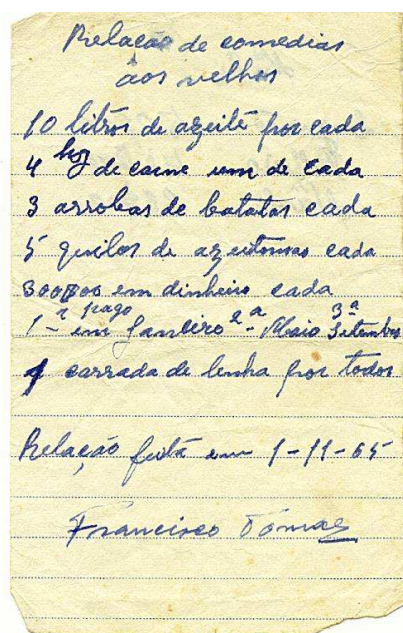
Acontecia com frequência os pais dividirem a fazenda e continuarem com o usufruto de alguma propriedade de melhor acessibilidade, até à sua completa incapacidade.

Depois da entrega dos bens e ficando os pais sem o suporte de subsistência era da responsabilidade dos filhos proporcionarem-lhe os meios indispensáveis. Estes, para o efeito, acordavam num conjunto de bens e dinheiro para suprir as necessidades dos pais⁷. Fenómeno semelhante é registado por Joaquim Pires de Matos (1983:123) na área de Juncal do Campo.

A listagem dos bens era geralmente convencionada e discutida pelos filhos. Entretanto, em caso de necessidade recorria-se a uma pessoa da aldeia (designada por testemunha), com alguma prática no assunto, que preestabelecia o tipo e as quantidades de bens a entregar por cada um dos filhos aos pais.

Apresenta-se a seguir um rol de bens a entregar, durante um ano, por cada um dos cinco filhos de uma determinada família da aldeia de Rabacinas. Este rol surge designado por “Relação de Comedias aos velhos” e lista os seguintes bens:

- “10 litros de azeite por cada
- 4 kg de carne, um de cada (*chouriço, morcela, farinha e toucinho*)
- 3 arrobas de batata cada
- 5 kg de azeitonas cada (*para comer*)
- 300\$00 em dinheiro cada (1º pago em Janeiro, a 2ª Maio e 3ª Setembro)
- 1 carrada de lenha, por todos”.



Manuscrito. Relação de comedias a que cada um dos cinco filhos de Luís Henriques (Rabacinas) se obrigava a entregar anualmente aos pais.

⁷ Esta realidade é anterior à Constituição da República Portuguesa de 1976 que no nº2 do artº 63 registava “incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado...” mas contemporânea das Casas do Povo. Os esquemas de protecção social ao idoso apenas se massificaram após 25 de Abril de 1974.

A listagem não era igual para todas as famílias, porque o número de filhos também não era igual. O objectivo era a satisfação das necessidades fundamentais do casal idoso.

A quantidade dos bens era reduzida a metade em caso de morte de um dos elementos do casal idoso. O tipo e a quantidade dos bens eram geralmente semelhantes à de outros idosos da aldeia.

Quando o casal atingia o estado de dependência, e dividida a fazenda, poderia passar a andar na casa dos filhos, caso não pudesse ficar na casa onde sempre vivera. Quando tal acontecia estabelecia-se um período de tempo, geralmente de um mês, de estada em casa de cada filho, prática também registada por Joaquim Matos (1983:123) e José Pinheiro (2001: 209). Mais raramente, se os filhos viviam perto uns dos outros, o período de tempo poderia ser de 15 dias. Ou então, deslocavam-se temporariamente as filhas e as noras para casa dos idosos, com o objectivo de os cuidar, geralmente por um período de tempo de uma semana.

Entretanto, se entre as filhas do casal uma não se casara competia-lhe socialmente cuidar dos pais enquanto fossem vivos; em troca usufruía da casa durante este período. Se fosse um filho solteiro que ficasse em casa “teria que vir alguém para os limpar (a ele e aos pais) ou passariam mal”.

O casal idoso jamais se separava. Não era aceitável que um dos elementos do casal fosse para a casa de um filho e outro para casa de outro.

Se o casal não tinha filhos eram os restantes familiares ou os vizinhos a tratarem dos idosos; “à míngua ninguém morria”.

Fecho

Constatámos que a temática agora tratada é raramente documentada nas obras de cariz etnográfica da região⁸.

Do exposto realçamos o papel dos filhos na sociedade tradicional, vigente na nossa região até há poucos anos. Os filhos eram “a reforma dos pais” tornando-se, por esta via e como verificámos, num investimento a médio ou a longo prazo. Este atributo era uma característica da sociedade da Idade Moderna. Eram os primeiros a assegurar a subsistência dos segundos, quando estes atingiam um grau de dependência significativo.

Actualmente, os processos de transformação e reorganização familiar provocados pela industrialização fomentaram uma enorme transformação no modo de conduzir a vida quotidiana da sociedade, modificando profundamente o contexto das relações sociais. O “filho quantidade”, por exemplo, deu lugar ao “filho qualidade”.

Assim, no sentido de proporcionar uma melhor qualidade de vida ao idoso e apoio aos respectivos familiares, as sociedades contemporâneas têm vindo a implementar diversos tipos de apoio, compatíveis com as actuais exigências e bem diferente dos encontrados na sociedade

⁸ Referimo-nos aos concelhos de Proença-a-Nova, Vila Velha de Ródão, Castelo Branco e Idanha-a-Nova.

tradicional. Destes destacamos: o centro de dia, o centro de convívio, o serviço de apoio domiciliário (cuidados de higiene, refeições, tratamento de roupa, limpeza e arrumação da casa, administração de alguma medicação), serviço de apoio domiciliário da saúde, colónias de férias (apoio de recreio, convívio e animação), lares e casas de repouso (alojamento, alimentação cuidados de saúde higiene e conforto), academias da terceira idade (enriquecimento cultural em áreas e grau de formação), contas poupança reformados (instituições bancárias), termalismo (através do programa de apoio integrado a idosos), serviço de telealarme (através de assinatura telefónica), passes de terceira idade (redução nos transportes), entre outros.

Este tipo de soluções alterou substancialmente o papel dos filhos no apoio ao ascendente dependente e buliram com as relações no seio da família nuclear.

Bibliografia

Henriques, Francisco (2005) - ***Psicopatologia da Criança da Região de Castelo Branco – Perspectiva Etnográfica***, Castelo Branco, inédito, p.242.

Maia, Fernando Moreira (1997) - ***História Recente da Segurança Social***, Comissão do Livro Branco da Segurança Social, Lisboa.

Matos, Joaquim Pires de (1983) - ***Juncal do Campo um pouco da sua história***, Castelo Branco.

Pinheirinho, José (2001) - ***Rosmaninhal – Passado e Presente***, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, Idanha-a-Nova.

Saraceno, Chiara (1995) - ***Sociologia da família***, 2ª Edição, Editorial Estampa, Lisboa.

Silva, Joaquim Candeias (1994) - ***Esboço demográfico de uma comunidade da Beira Baixa no séc. XIX***, Comunicações das I Jornadas de História Regional do Distrito de Castelo Branco, Associação de Professores de História, Castelo Branco, pp.139-156.